

# O ENSINO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO DEZENOVE: A ESCOLA CORRÊA DE MELLO, DE CAMPINAS<sup>1</sup>

*Mauricéia Ananias<sup>2</sup>*

**Resumo:** Utilizando-se da pesquisa realizada em escritos da época, entre os anos de 1860 a 1889, como jornais e almanaques que circulavam pela cidade e da documentação encontrada sobre a escola Corrêa de Mello, que existiu em Campinas nesse período, pretende-se apresentar a fundação e a existência desse estabelecimento educacional que oferecia ensino gratuito às crianças pobres. O final do século dezenove, no Brasil e na província de São Paulo, foi marcado por acontecimentos que deram novos rumos não só para a economia mas, também, para a vida política, intelectual e educacional do país. A cidade de Campinas teve papel importante nesse processo. Assim, a construção dessa escola deverá ser entendida dentro desse contexto em transformação.

**Abstract:** Using data collected from newspapers and almanacs in circulation in the city between 1860 and 1889 and from documents about Corrêa de Mello School which operated in Campinas at that time, we intend to present the foundation and the existence of this educational institution which offered free education for the needy children. The late nineteenth century was marked by facts which gave new directions not only to economy but also to the political, educational, and intellectual life in the country. Campinas city played an important role in this process. Therefore, the construction of this school must be seen in such a transformational context.

**Palavras-chaves:** Educação; História; Campinas; Escola Corrêa de Mello; Ensino público

---

<sup>1</sup> Este trabalho constituiu parte da dissertação de mestrado *As escolas para o povo em Campinas: 1869-1889. Origens, ideário e contexto*. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2000

<sup>2</sup> Mestre em educação; doutoranda do programa de pós-graduação da FE/UNICAMP. Membro do grupo de estudos e pesquisas "História Sociedade e Educação no Brasil" – HISTEBDR.

**U**TILIZANDO-SE da pesquisa realizada em escritos da época, entre os anos de 1860 a 1889, como jornais e almanaques que circulavam pela cidade e da documentação encontrada sobre a escola Corrêa de Mello, que existiu em Campinas nesse período, pretende-se apresentar a fundação e a existência desse estabelecimento educacional que oferecia ensino gratuito às crianças pobres.

O final do século dezenove, no Brasil e na província de São Paulo, foi marcado por acontecimentos que deram novos rumos não só para a economia mas, também, para a vida política, intelectual e educacional do país. A cidade de Campinas teve papel importante nesse processo. Assim, a construção dessa escola deverá ser entendida dentro desse contexto em transformação.

O final do século dezenove, no Brasil e em especial na Província de São Paulo, foi marcado por acontecimentos que deram novos rumos não só para a economia mas, também para a vida política e intelectual do país. A cidade de Campinas, teve papel importante nesse processo. O novo quadro em construção que se apresentava marcado pela modernização na infra-estrutura econômica, garantindo a produção cafeeira, bem como os novos meios de transportes, como as ferrovias; a vinda de trabalhadores brancos – os imigrantes; a chegada de migrantes de outras cidades; o deslocamento da própria população campineira, que tendia, a partir daquele momento, a se concentrar ou a visitar a área urbana com mais regularidade, deu a cidade um novo aspecto em relação à sua arquitetura, sua vida cultural, social, política e educacional.

Apesar do café ser um produto agrícola, necessitando de muitas terras e conseqüentemente ser plantado em grandes fazendas, o que vimos em Campinas, na segunda metade do século, foi um florescimento da vida urbana.

A “cidade” parecia atender as antigas “promessas” de desenvolvimento e prosperidade que o discurso da sua emancipação política do início do século anunciara. O espaço urbano passou a ser considerado como o centro da vida dos grandes proprietários e de suas famílias; da classe média – profissionais como advogados, médicos, professores, comerciantes, pequenos industriais – e também de uma população pobre que fazia desse espaço, o seu local de moradia e sobrevivência.

A zona rural, para muitos, em especial para os grandes proprietários e seus filhos e filhas, era considerada coisa do passado, associada à atividade açucareira que reduzia à vida ao engenho e às fazendas. O café, para essas pessoas, além de enriquecimento e poder, era sinônimo de modernidade e vida agitada nos centros urbanos.

Em conjunto com essa cidade, que ostentava riqueza e poder, existia uma outra, suja e esburacada, onde muitas vezes o guiar de um ou muitos escravos não era suficiente para livrar o seu senhor, ou senhora, de ter os pés atolados numa poça d’água, ou os sapatos sujos por resíduos deixados por inúmeros animais que dividiam o espaço com os transeuntes.

Esta cidade de que vos falo não é tão visível, a sua existência é furtiva, pois é incômoda à outra. É produzida a cada dia, sobretudo pelos escravos e pelos pobres. As fontes deixam apenas que se possa entrevê-la. Não se mostra, pois é proibida, mas existe e pulsa escondida, reprimida, pusilânime ou desafiadora. Essa cidade clandestina, despudorada e transgressora das posturas é que nos convém visitar. (...) Os seus cortiços e pardieiros, os seus becos e ruazinhas malcheirosas (Lapa, 1996, p.124).

A própria escravidão pode ser considerada o contraponto maior dessa situação que gerou a existência dessas “duas cidades” tão bem estudadas e demonstradas por Lapa (1996) em sua obra “Os cantos e os antros”.

Essas “duas cidades” conviviam, as ruas sujas e insalubres, as moradias improvisadas e ao mesmo tempo definitivas, o pouco ganho, o muito trabalho, a escravidão, as revoltas e as fugas de escravos, as injustiças sociais, o medo da violência cotidiana, a falta de escolas, fizeram parte dessa modernização contraditória, que ao mesmo tempo gerava riquezas e produzia misérias. Nesse espaço de riqueza e também de pobreza, os diferentes socialmente se cruzavam com mais freqüência do que na sociedade anterior.

Foi nesse cenário de realizações, desigualdades e contradições, onde grupos distintos conviviam, que a educação passou a fazer parte do discurso das elites campineiras. A sua defesa era tanto para os filhos daqueles que detinham o poder econômico, como para os outros, os escravos, os imigrantes e migrantes, os libertos e os trabalhadores nacionais livres – e seus filhos – que nada, ou quase nada possuíam, além da sua força de trabalho.

Nomes como Campos Salles, Francisco Quirino dos Santos, Francisco Glicério eram citados exaustivamente nos almanaques e jornais de Campinas. Eram capitalistas, cafeicultores, profissionais liberais e membros de várias entidades, tanto agrícolas como financeiras. Além disso, todos eles se envolveram direta ou indiretamente com construções e manutenções de escolas. Francisco Quirino, Francisco Glicério e José Maria Lisboa compuseram a Sociedade Propagadora de Instrução, que manteve as “Aulas Noturnas” da Loja Maçônica Independência. Campos Salles foi membro da Sociedade Corrêa de Mello, responsável pela manutenção da escola Corrêa de Mello, e todos se revezavam nas inaugurações e atividades referentes a educação.

Foram essas mesmas pessoas: os cafeicultores e pessoas ligadas a eles que construíram colégios e escolas não só para os seus descendentes mas também para os chamados “deserdados da fortuna” como eram conhecidos os aliados das esferas políticas e econômicas dessa cidade em transição.

Os construtores desses estabelecimentos, que os colocavam como alternativa aqueles mantidos pela monarquia, basearam o seu discurso na inexistência de uma escolarização que deveria, segundo eles, ser garantida pelo então regime monárquico.

O governo aparecia como o grande responsável pela ignorância da população; os fundadores das escolas, aqueles que a salvariam desta. Assim, na visão deles, sem iniciativa governamental, o espaço para a ação dos particulares abria-se como uma grande crítica à educação regida pelo império.

A defesa de uma nova proposta educacional, a partir desse período, fazia parte de um discurso que reconhecendo o crescimento econômico e as transformações advindas dele, entendia a educação como um dos pilares que garantiria o desenvolvimento social acabando com a ignorância da população, considerada um dos grandes obstáculos para o progresso da nação.

Ao analisarmos as falas e as ações, desses homens considerados ilustres – fazendeiros, intelectuais e políticos – reconstituídas principalmente pelos almanaques e jornais da época que circulavam pela cidade, – comumente encontraremos presente essa

idéia. Abaixo, um trecho de um artigo de Campos Salles, publicado no *Almanak de Campinas*, ilustra essa afirmação,

O povo que tem as melhores escholas é o primeiro povo; se elle não o é hoje, sel-o-há amanhã. Nem um outro progresso é realmente possível sem a cooperação do ensino, esse elemento primordial da civilização, tal como a entende a sociedade destes tempos. (*Almanak de Campinas* para 1871, 1870:75)<sup>3</sup>.

Muitos desses homens, entenderam como tarefa própria, através da construção de escolas, esse combate à ignorância. Dentro da perspectiva liberal, concebiam a educação como uma luz que iluminaria um caminho até então marcado pelas trevas da ignorância.

Foi a partir dessas alegações e discursos, que os grandes fazendeiros e pessoas ligadas a eles construíram inúmeras escolas em Campinas. Foram criadas tanto escolas destinadas aos filhos das elites campineiras como aos pobres. São dessa época as seguintes escolas e colégios: Colégio Cesarino ou Perseverança, Colégio Culto à Ciência, Colégio Florence, Colégio Internacional. Além desses, de maior expressão, outras escolas menores e particulares foram criadas como a escola "Malaquias Guirlanda", do "João Bahia", o colégio São João Batista, a escola de "Eufrozina do Amaral", de "Firmo Antonio da Silva", de "Severiano Borges Martins da Cunha" e muitas outras que apareciam nos jornais e almanaques da época como escolas pagas, destinadas a alfabetização ou oferecendo o chamado curso secundário, como o "Collegio de João Batista Pupo de Moraes", do "bacharel João Alves Pinto", de "Joaquim Roberto Alves e Emilio Henking", o "Collegio da Conceição", a "Eschola Fraternidade", o "Collegio para Meninas" de D. Ignacia de A. Camargo, o Externato da família Ferreira Penteado, o "Collegio Liberdade", a "Escola" de Anna Matilde Pinto, o "Collegio da Glória", a "Escola" de D. Maria Benedita Braga", e o "Externato Campineiro".

Outras sustentadas pelos imigrantes como as "Escolas Alemãs", as "Escolas Italianas" e a "Escola da Colônia Suíça" também eram freqüentemente citadas. Além dessas, a época foi marcada, também, pela construção das chamadas "escolas populares". Classificadas, na época, como destinadas ao povo, encontramos: As "Aulas Noturnas" da Loja Maçônica Independência, o "Curso de Comercio Noturno", criado pelos professores do Colégio Culto à Ciência, a "Escola do povo", a "Escola Corrêa de Mello", a "Escola Ferreira Filho", a "Escola Ferreira de Camargo", o "Asylo de Orphans", a "Aula Noturna" da Loja Liberdade e Ordem.<sup>4</sup>

Segundo Barbosa, o discurso presente naquele momento parecia: "*confundir a educação de elite oferecida pelo 'Culto à Ciência' com a educação popular, mas é preciso considerar que já nessa época o mesmo grupo que criou o 'Culto à Ciência' já havia criado as escolas de educação popular*" (Barbosa, 1997, p. 54).

A historiografia, nos pareceu bastante rica, apesar de não termos encontrado nenhuma pesquisa específica sobre a criação dessas escolas, em citações a respeito das chamadas escolas populares, Os republicanos e liberais, muitos maçons, fundariam

<sup>3</sup> Este trabalho, em toda a sua extensão, utilizou-se, como fontes, dos almanaques e jornal *A Gazeta de Campinas*, publicados entre os anos de 1860 a 1914 em Campinas.

<sup>4</sup> Dados obtidos por levantamento realizado nos almanaques publicados em Campinas entre os anos de 1860 a 1914.

escolas gratuitas para as camadas de baixo poder aquisitivo. As 'aulas noturnas' da loja independência, as aulas do 'asyllo de Orfãs', etc." (Ribeiro, 1996, p. 54)

Outra autora, também mencionou a existência dessas escolas: "*Ao lado dos estabelecimentos particulares com fins comerciais e dos grandes colégios que compunham a paisagem educacional campineira, foram criadas escolas totalmente gratuitas mantidas por associações beneficentes*" (Ferreira, 1982, p. 188).

Em seu trabalho sobre a educação popular na primeira república, Souza (1998) também tratou da existência dessas escolas ao resgatar o processo de escolarização do que ela chamou de classes populares em Campinas nesse período. Estudou, a partir dessa pesquisa, todas as formas de escolarização a que as camadas populares tiveram acesso, ou seja, além das escolas públicas, as criadas pelo movimento operário, as estrangeiras, as religiosas, beneficentes e particulares. Apesar do seu trabalho estar centrado na primeira metade do século XX, resgatou a existência de escolas destinadas à população de baixa renda em Campinas desde a criação em 1860, como reconstituição do processo de escolarização dessas camadas que, segundo ela, em função da condição social, encontravam-se fora do processo educacional.

Essa autora, apresentou, na obra referida, a luta dessas pessoas, a partir do início do século atual, para terem acesso à escola elementar que em função do ideário presente – que colocava a escola como condição de participação social – passaram a tê-la como um valor importante em suas vidas. A fundação de escolas destinadas aos pobres, foram encontradas em Campinas, desde a segunda metade do século passado. "*Em 1876, professores do Culto à Ciência ministravam aulas para um curso de comércio noturno que podia ser freqüentado por crianças e adultos*" (Souza, 1998, p. 159)

Ao citar a contribuição da maçonaria em relação à educação: "*Crianças e adultos, homens pobres livres e até mesmo escravos, puderam na década de 70 do século passado, cursar aulas noturnas mantidas pela loja maçônica independência*" (Souza, 1998, p.158)

Referindo-se à década de 80: "*O comendador Joaquim Ferreira Penteado (Barão de Itatiba), fundou a 'Escola do Povo'; destinada a prover ensino primário a meninos pobres*" (Souza, 1998, p. 158)"

Esse trabalho, demonstrou, a medida em que apresentou com maior clareza, a existência de camadas da população de baixa renda que tiveram mesmo, em alguns casos, precariamente acesso à escolarização básica. Essas pessoas, na maioria, não freqüentavam os considerados melhores colégios existentes na cidade, como o "Culto à Ciência" ou o "Internacional" mas sim, as escolas mantidas por particulares, destinadas aos pobres e aos seus filhos, como entre outras, a "Escola do Povo", a Escola Corrêa de Mello e as "Aulas Noturnas", da Loja Maçônica Independência.

Dentre essas nos deteremos na Escola Corrêa de Mello – mantida por particulares – que oferecia curso primário diurno e noturno gratuito à população pobre da cidade. Essa entidade teve a sua fundação baseada na defesa de que mais do que idolatrar a ciência, essa deveria apresentar resultados práticos para a humanidade. Assim, um cientista teria a sua glória coroada com uma escola que levaria adiante o ideal, e a prática, do cientificismo próprio do final do século. "*Mais um nobre e fecundo movimento começa a se operar no seio de nossa sociedade já tão distinta pelos altos*

*cometimentos a que com inteiro sucesso se tem atirado nos últimos tempos” (A Gazeta de Campinas, 28/03/1880)*

Essa escola foi fundada em 18 de abril de 1881 por uma associação denominada “Sociedade Corrêa de Mello”, em homenagem ao botânico campineiro Joaquim Corrêa de Mello. Joaquim Corrêa de Mello, era farmacêutico formado pela faculdade de Farmácia da Corte e estudioso da botânica de Campinas. Era proprietário de uma farmácia, onde, muitas vezes, exercia a prática da medicina. No *Almanak da Província de São Paulo para 1873*, foi citado dentro do rol dos capitalistas existentes na cidade.

Essa “Sociedade”, formada por fazendeiros e intelectuais campineiros, desde a morte de Corrêa de Mello em 1877, idealizava homenagear o “cientista” da cidade, com um monumento. Em reuniões, decidiu-se que, o culto à pessoa, deveria ser realizado não através da construção de uma estátua ou busto, mas sim, construir-se-ia uma escola. Essa construção mobilizou membros da sociedade que realizaram festas, leilões, com o objetivo de arrecadar fundos para a construção do prédio, que deveria fornecer o ensino gratuito às crianças pobres.

No jornal *A Gazeta de Campinas*, encontramos vários anúncios conclamando o “povo” a fazer doações. Em outros, percebemos uma estrutura montada para recebê-las.

A comissão encarregada de agenciar donativos para a realização do monumento ao finado Joaquim Corrêa de Mello, roga a todas as pessoas que já subscreveram e as que se encarregaram de listas para obter donativos, obséquio de entregarem quer as listas quer os produtos de suas assinaturas em casa dos Srs. Santos, Irmãos & Nogueira que obsequiosamente se prestam a recebe-las (*A Gazeta de Campinas*, 20/08/1878).

Esse grupo, além de criar uma estrutura prática, com mobilização das pessoas para arrecadar fundos para viabilizar a construção da escola, também se organizou oficialmente fundando a Sociedade Corrêa de Mello, que teve os seus estatutos aprovados pelo governo provincial em 11 de fevereiro de 1881.

Art. 1 – Fica creada nesta cidade uma associação denominada – Sociedade Corrêa de Mello – com o fim de promover a instrução popular.” (Estatutos da Sociedade Corrêa de Mello)

A “Sociedade”, na perspectiva do que eles chamavam de “instrução popular” tinha o objetivo de fornecer cursos públicos de instrução primária gratuita para meninos e meninas pobres.

No currículo, as disciplinas que deveriam ser ensinadas eram: língua portuguesa, aritmética e álgebra até equações do primeiro grau, geografia geral e história do Brasil. Além dessas matérias deveriam fazer parte as noções gerais do direito público e higiene. Essas duas últimas deveriam ser ensinadas “*desde que os recursos sociaes possam comportar taes despesas, ou que professores gratuitos se encontrem para reger taes cadeiras.*” (Estatutos da Sociedade Corrêa de Mello, p.3)

Nos almanaques, a escola era citada como mantenedora de aulas de ensino primário às crianças pobres.

*A Gazeta de Campinas* também anunciou como escola primária e gratuita.

Encontramos nos “Estatutos” a preocupação, mesmo com algumas restrições, em “ensinar” noções de direito público e higiene. Além disso, a intenção era criar cursos de ensino superior. Em relação a esses cursos, não encontramos mais informações.

Em um artigo intitulado “Escola Corrêa de Mello”, assinado apenas por S, o autor criticou a escola pública através da figura do mestre escola, considerado um atrofiador de inteligências e apresentou, elogiando a iniciativa da construção de uma escola por parte de particulares, os planos de aula: “Acha-se dividido em 2 cursos: no primeiro se ensina a leitura, caligrafia e a pratica das 4 operações fundamentais, no segundo, gramática portuguesa, geografia e historia do Brasil” (*A Gazeta de Campinas*, 28/03/1880)

Essa divisão não nos pareceu – no caso do segundo curso – representar o que os “Estatutos” consideravam ensino superior, pois essas disciplinas eram as mesmas do currículo proposto. Provavelmente este curso superior não chegou a acontecer, tal como os cursos livres que visavam ensinar ciências naturais: física, química, geologia e desenho aplicado às artes.

A preocupação com as chamadas ciências naturais, mesmo que tenha sido apenas uma intenção, e a perspectiva do ensino do desenho aplicado, demonstra-nos uma coerência com o discurso que defendia uma educação que passasse ao aluno uma teoria baseada – e com utilização – na prática. Essa, inseria-se no contexto da escola moderna que utilizava-se do então método intuitivo, que defendia que o conhecimento deveria partir da realidade vivida pelo aluno.

Outro curso proposto, e que segundo as nossas observações, existiu conjuntamente com as aulas diurnas foram as noturnas de instrução primária, destinado aos artistas trabalhadores.

O *Almanach Popular de Capinas para 1878*, registrou dois turnos: o diurno regido pelos professores João Pupo e Dona Lydia de Castro e o noturno que tinha como professor Christiano Wolkart.

Esse dado, além de nos indicar a preocupação com a instrução dos trabalhadores, apontou um outro elemento: a presença de mulheres na escola. Na época, as mulheres lecionavam somente às mulheres, por isso, a figura de uma professora pode significar que o curso possuía uma turma feminina, desde o início.

A expectativa e as discussões na imprensa, em torno da criação desta escola foram muitas. Francisco Quirino dos Santos, político republicano, jornalista e redator de *A Gazeta de Campinas*, chegou a sugerir que a escola se unisse ao Clube da Lavoura e se tornasse um Instituto de Educação Agrícola. Outro leitor, desse mesmo jornal, Dr. Baltazar da Silva Carneiro, simpático ao movimento republicano, chegou inclusive a propor as disciplinas que a escola deveria ensinar.

Além da formação da mão-de-obra urbana essas discussões demonstravam também uma preocupação com a capacitação dos trabalhadores que encontravam-se na lavoura cafeeira.

A preocupação com a escolarização dessa parcela da sociedade, presente nessa escola apresentada, aparecia marcada por 3 itens: a escolarização básica, a profissionalização – tanto na perspectiva de preparar o trabalhador urbano como o rural – e o

reconhecimento desse grupo enquanto cidadãos. Os dois primeiros itens garantiriam o terceiro.

Muitos artigos, explicitavam essa intenção da educação. Um em especial, resume essa idéia de uma forma bastante clara: *“O livro e o trabalho, eis o futuro do povo engrandecido, eis o gigantesco ideal de todas as aspirações grandiosas”* (A Gazeta de Campinas 02/04/1880 ).

Tudo isso, em nome da erradicação da ignorância, que segundo o autor do trecho supra citado, era o “terrível espectro” que assolava o povo e da perspectiva que a educação trazia em si os elementos que formaria o futuro cidadão para a nação que eles acreditavam estar construindo.

Além disso, os “Estatutos” advogavam sobre todo o andamento da escola: a contratação de professores, o início e o término das aulas, a organização dos programas para a realização dos exames. Nesta escola, os exames finais que também eram públicos, aparecia como uma questão fundamental. Era montada toda uma comitiva para a realização desses, convidando tanto o poder público como professores de outras escolas. O resultado era obtido através de votação secreta e os alunos recebiam premiações (inclusive em dinheiro) distintas de acordo com o desempenho e a postura de cada um.

Aqui já não bastava mais demonstrar realizações no campo educacional, expor os alunos ao público, mas, em complemento a tudo isso, criar uma competição entre os alunos, mostrando que cada um se distinguia segundo as suas competências.

Outros itens como controle das faltas dos alunos e professores, disciplina e critérios para admissão de alunos também eram regulados. Esse último artigo, sobre a admissão dos alunos, em relação aos critérios utilizados para que o aluno pudesse estudar gratuitamente, pareceu-nos bastante interessante:

Art. 76 – A admissão gratuita será concedida na seguinte ordem de preferencia: 1º aos orphams; 2º aos filhos ou tutelados dos servidores do estado, que por sua punição pecuniaria não possam de outro modo dar-lhes educação; aos que não estiverem nestas condições. (Estatutos da Sociedade Corrêa de Mello, p.10)

Em relação ao primeiro critério de preferência, aos órfãos, nos pareceu bastante significativo. A orfandade, naquelas épocas, significava mais um agravo na condição social: a perda da família, a desestruturação dela a partir da perda do pai ou da mãe e – em alguns casos – a conseqüente estruturação em outros lares, com certeza estabelecia um componente expressivo no reconhecimento da pobreza.

O segundo critério já não nos pareceu tão claro.

Por que priorizar os filhos ou tutelados dos servidores do Estado, que não recebiam o suficiente para pagar a educação destes? Se considerássemos – o que não é o caso – a preferência aos tutelados de uma forma em geral, possivelmente encontraríamos respostas. A década de 80, foi marcada por muitos pedidos de ações tutelares.

Segundo Alaniz (1997), de 1871 a 1888, houve uma incidência muito grande de pedidos de tutelas de menores pobres e livres em Campinas. A partir de 1888, com o fim da escravidão, o maior número de tutelas recaia sobre os “ingênuos” ou seja, os filhos de escravos, que já eram considerados livres, desde de 1871, pela lei do “Ventre Livre”.

A explicação encontrada pela autora, para justificar esse “interesse” em relação aos “ingênuos”, se deveu ao fato que ser tutor poderia significar usufruir dos serviços dos menores, o que amenizaria as perdas decorrentes do final da escravidão. Neste caso, não gastar com a educação dessas crianças, utilizando-se de uma instituição educacional gratuita, significava ter serviços prestados com a perspectiva da sua qualificação sem nenhum gasto.

Mas essas observações não respondem a questão colocada em relação aos servidores do Estado.

Será que podemos induzir que os servidores do Estado eram a maioria dos tutores presentes na Sociedade ou na cidade?

Em relação à composição da “Sociedade”, nos “Estatutos”, não encontramos referências a Joaquim Quirino dos Santos, reconhecido fazendeiro de café da cidade, mas o seu nome foi várias vezes citado como aquele que sustentou a escola após a dissolução dessa entidade. Coronel Quirino, como era conhecido, era membro do Clube da lavoura, acionista da Companhia de Iluminação pública, diretor da Companhia Mogyana de Estradas de Ferro, integrante da Sociedade Culto à Ciência, e como se dizia na época, capitalista. Como o título acima indica, era Coronel da Guarda Nacional, esse título na prática significava o comando superior da Guarda Nacional nos Municípios de Campinas e Belém (Itatiba). (Brito, 1966)

Na época, ter um cargo público, mesmo para os opositores do regime, significava algumas vantagens, inclusive a aqui estudada, garantir educação gratuita para os filhos ou menores sob sua responsabilidade.

Eis alguns nomes de expressão que assinaram os “Estatutos”. Foram eles: Manoel da Silva Mendes, Visconde de Indaiatuba, Candido Barata, Antonio Carlos de Moraes Salles e Campos Salles. Todos eles, fazendeiros de café e políticos atuantes na cidade e na província, que com certeza, mesmo não sendo funcionários públicos, tinham uma circulação privilegiada no âmbito da máquina administrativa do império.

Os “Estatutos” dessa “Sociedade”, serviram para mostrar um pouco como era – ou como queriam que fosse – uma escola criada pela elites campineiras para os filhos da população pobre da cidade.

A análise dele, juntamente com os almanaques e jornais, nos indicou a preocupação dessa escola em atender aos pobres ou seja, no caso das crianças, aquelas que naquele momento não tinham condições de arcar com os altos custos de um colégio particular e no caso dos adultos, os que não tiveram oportunidades de freqüentar uma escola no passado. Visando atender essa população o ensino oferecido era gratuito.

Os professores na sua maioria, eram homens e mulheres reconhecidos pela comunidade por trabalhos em prol da educação. Muitos deles, lecionavam ou dirigiam colégios de renome na cidade. A escolha dos profissionais, mesmo em alguns casos como voluntários, passava por vários critérios e uns deles era esse reconhecimento público, comprovado através da sua carreira profissional, o que poderia significar um rigor em relação à qualidade da educação oferecida.

Essa escola apresentou a proposta do oferecimento aos seus alunos do curso noturno. Esse curso visava, prioritariamente, instruir os trabalhadores. Essa instrução,

através da análise das disciplinas oferecidas, além de oferecer o ensino primário, visava prepará-los para o trabalho e inseri-los enquanto cidadãos na construção da nação.

Além do curso noturno, ofereceram o diurno, visando atender os filhos daqueles que não podiam pagar uma escola para estes. Estes cursos, também ofereciam além do curso primário, as mesmas disciplinas do curso noturno.

Os exames públicos, os artigos publicados nos jornais e almanaques da época em defesa da educação para o “povo”, a preocupação em contratar arquitetos famosos para construir os prédios escolares demonstravam que esses homens tiveram uma percepção bastante clara da realidade e preocuparam-se em, não somente em fazer, mas também em mostrar e registrar publicamente os seus feitos.

A defesa de um ensino prático, condiziam com as atitudes deles que acreditavam serem os legítimos representantes da modernidade e enquanto tal, preocupados com a repercussão das suas ações perante a sociedade e do controle das ações daqueles que eles acreditavam estar salvando das “trevas da ignorância”.

A utilização dessa metodologia intuitiva nessa escola, pode ser entendida, tal como as demais características dessa região, como precursora de um projeto que principiou a nascer como proposta para as escolas públicas do município da corte em 1879 com a reforma do ministro Leôncio de Carvalho e depois foi plenamente defendida por Rui Barbosa nos seus pareceres sobre essa mesma reforma.

Rui Barbosa, em seus “famosos” pareceres sobre a reforma Leôncio de Carvalho, proposta em 1879 para a educação do então município neutro, dedicou uma parte específica ao estudo das “lições de coisas”.

O método intuitivo ou a chamada “lições de coisas”, considerado por ele como a mais avançada metodologia utilizada nos ainda mais avançados países, pressupunha que o conhecimento só era possível a partir da intuição, criticava o ensino abstrato, que ele dizia ser morto, só de palavras. (Barbosa, 1946, p. 199).

Resgatando desde Lutero até Pestalozzi, Rui Barbosa, associou este método aos princípios básicos do método científico. Para ele, vivendo em uma sociedade onde esse cientificismo chegava e se amoldava à realidade brasileira, recriando-se a partir dessas interpretações e aplicações, essa proposta era considerada a ideal para a renovação da educação. Tanto assim, que para ele, ela não poderia constituir-se em apenas uma disciplina do currículo mas no princípio fundante de toda a proposta educacional.

Essa escola fazia parte de um projeto, idealizado e financiado pelos cafeicultores de Campinas e região, articulados com os demais da província de São Paulo, que visava a educação da população pobre com o intuito de inseri-los socialmente.

Segundo Moraes (1981:220), este projeto extrapolava o campo educacional “para servir de ‘ponte’ às discussões relativas a outros setores da vida do país”. Nesta perspectiva, a educação deveria ser entendida e construída dentro de um objetivo maior que era, além de formar dirigentes, inserir e formar os homens, que até aquele momento encontravam-se excluídos tanto da escola formal como das decisões políticas e econômicas do país.

Essa perspectiva foi mantida mesmo quando a “Sociedade” já não mais administrava a escola, que passou a ser sustentada, somente por Joaquim Quirino dos Santos. Em 1888, a escola foi doada à Câmara municipal, tornando-se pública, conforme registrado no “Relatório apresentado à Câmara Municipal de Campinas, sobre os serviços sanitários e instrução pública relativo ao período de 9 de janeiro a 30 de julho do corrente anno (1883) pelo Dr. Antonio Alvares Lobo”.

A partir desse período, acreditamos numa mudança de orientação pois a mesma passou a ser regida pela legislação municipal.

Nos almanaques, até 1914, ela aparecia como uma escola diurna do sexo masculino e mantinha as aulas noturnas que eram freqüentadas por operários (Cf. *Almanach Histórico e Estatístico de Campinas para 1914*).

Segundo Matos (1972), essa escola funcionou até 1962, quando o prédio, que se localizava onde hoje se encontra um terminal de ônibus (em frente ao mercado municipal), em Campinas, foi demolido.

A partir dessa data a escola foi extinta. Hoje existem várias escolas em Campinas com o nome de Joaquim Corrêa de Mello. Na periferia da cidade, no bairro Parque Universitário, existe uma. Essas homenagens tardias talvez nos indique a perspectiva, ainda existente das elites, de perpetuarem a imagem do cientificismo e do culto à pessoa tão característico do final do século passado, na atualidade.

#### REFERÊNCIAS

- ALANIZ, A. G. G. **Ingênuos e libertos: estratégias de sobrevivência familiar em épocas de transição 1871-1895**. Campinas: Área de publicações CMU/UNICAMP, 1997.
- ALMANACH DE CAMPINAS PARA 1908. São Paulo: typ. Casa Mascote, 1907.
- ALMANACH DE CAMPINAS: LITTERARIO E ESTATÍSTICO PARA 1892. São Paulo: Typ. Cordona, 1891.
- ALMANACH DO CORREIO DE CAMPINAS PARA 1886. Campinas, SP: Typ. a vapor do Correio de Campinas, 1885.
- ALMANACH POPULAR DE CAMPINAS PARA 1879. Campinas, SP: Typ. da Gazeta, 1878.
- ALMANACH POPULAR PARA 1878. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1877.
- ALMANAK DE CAMPINAS PARA 1871. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1870.
- ALMANAK DE CAMPINAS PARA 1872. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1871.
- ALMANAK DE CAMPINAS PARA 1873. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872.
- BARBOSA, I. M. F. **Enfrentando preconceitos. Um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades**. Campinas: Área de publicações, CMU/UNICAMP, 1997.
- BARBOSA, R. Reforma do ensino e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v.X, T I, II.
- BRITO, J. **História da cidade de Campinas**. São Paulo: Indústria Gráfica Saraiva, 1966. 23 v.
- ESTATUTOS DA SOCIEDADE CORRÊA DE MELLO. Campinas, SP: Typ. da Gazeta de Campinas, 1881.

FERREIRA, S. B. B. X. **A expansão escolar campineira e a grande lavoura no final do império (1860-1889)**. Campinas, 1982. Dissertação (Mestrado), Unicamp, 1982.

LAPA, J. R.A. **A cidade: os cantos e os antros. Campinas 1850-1900**. São Paulo: Edusp, 1996.

MATOS, O. N. **Um pouco da história de Campinas**. Campinas: PUC, 1985.

MORAES, C. S. V. **O ideário republicano e a educação: o Colégio Culto à Ciência de Campinas (1860-1892)**. São Paulo, 1981. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação – USP, 1981.

RIBEIRO, A. I. M. **A educação feminina durante o século XIX: o Colégio Florence de Campinas 1863-1889**. Campinas: Área de publicações CMU / Unicamp, 1996.

SOUZA, R.F. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Área de publicações CMU / Unicamp, 1998.